



ANÁLISE DE CONJUNTURA XI CONGRESSO ESTADUAL DA FETAMCE

APRESENTAÇÃO

O XI Congresso da Fetamce se realiza em um tempo histórico marcado por mudanças aceleradas no capitalismo, por tensões geopolíticas crescentes e por uma disputa aberta em torno do papel do Estado, do trabalho, da democracia e dos serviços públicos. Não vivemos uma crise isolada. Vivemos uma época em que diferentes crises se sobrepõem e se alimentam mutuamente: crise do multilateralismo, crise da democracia liberal, crise do padrão dependente de desenvolvimento, crise socioambiental, crise da regulação do trabalho e crise da legitimidade de grande parte das instituições que organizaram a ordem do pós-guerra. A classe trabalhadora enfrenta uma etapa em que transformação tecnológica, precarização, financeirização, disputa política, guerra e soberania se tornaram dimensões inseparáveis. Para nós, servidoras e servidores públicos municipais, isso significa compreender que a defesa do serviço público não é uma pauta isolada, muito menos corporativa, mas parte da disputa mais ampla sobre quem pagará os custos dessas crises, quem controlará os rumos da superação delas e quais interesses o Estado servirá nos próximos anos.

CONJUNTURA INTERNACIONAL

O cenário internacional está marcado por uma mudança na forma de organização do capitalismo mundial. Não se trata apenas de um período de instabilidade entre países, mas de uma etapa em que elementos como guerras, novas tecnologias, sanções comerciais, finanças públicas, energia e disputa ideológica aparecem cada vez mais integrados. O capitalismo contemporâneo não organiza sua dominação apenas por meio da produção e do mercado. Ele organiza sua dominação também por meio do controle das cadeias logísticas, do sistema financeiro, das rotas energéticas, das plataformas digitais, dos fluxos monetários, das sanções econômicas e da imposição militar. Por isso, a guerra voltou ao centro da cena internacional. Vivemos tempos de guerra militar, guerra comercial, guerra tecnológica, guerra financeira, guerra de informações. E todas essas guerras se articulam como instrumentos de ampliação e recomposição de poder.



É nesse sentido que o papel dos Estados Unidos precisa ser nomeado com nitidez. Em todas as grandes guerras e conflitos contemporâneos que marcam a conjuntura internacional, há envolvimento decisivo dos EUA, seja como parte direta, seja como patrocinador ou articulador ou como principal interessado na reorganização dos efeitos econômicos e políticos do conflito. Isso é evidente no genocídio promovido por Israel contra o povo palestino, em que Washington oferece cobertura material e política. É evidente na guerra da Ucrânia, em que os EUA e a Otan aparecem como parte central da escalada, do prolongamento do conflito e da reorganização geopolítica da Europa. É evidente na guerra contra o Irã, em que a agressão militar se articula à disputa por energia, rotas marítimas e controle regional. Assim como também é evidente na Venezuela, em que a criminalização do governo Maduro, a linguagem da guerra às drogas e o sequestro criminoso do presidente venezuelano aparecem como expressão brutal de uma política de agressão imperial contra a soberania latino-americana. O que une esses processos não é apenas a presença militar ou diplomática dos EUA, mas o uso da guerra como linguagem de reorganização de suas estratégias na economia política mundial.

No caso do Oriente Médio, a guerra contra o Irã revela isso com muita nitidez. A ofensiva militar não pode ser lida apenas em chave regional ou religiosa. Ela integra uma disputa mais ampla que envolve petróleo, gás, controle de rotas, estabilidade do dólar, sistema de seguros, transporte marítimo e relação de forças entre Ocidente e Ásia. O controle do Estreito de Ormuz impacta diretamente o comércio mundial de petróleo e gás, com efeitos que vão muito além do Oriente Médio e atingem as cadeias globais de suprimento, preços de energia, fertilizantes, transporte e inflação. Ou seja, a guerra contra o Irã é também uma guerra com repercussões econômicas globais e que os brasileiros sentem na forma de aumento do preço de combustíveis. Ela expressa como o imperialismo contemporâneo usa a força militar e a desestabilização regional para buscar reordenar a economia mundial em benefício próprio, ainda que isso aprofunde a insegurança e a carestia para os povos do Sul.

Na Palestina, o genocídio praticado por Israel escancarou o colapso moral da ordem internacional. O que está em curso em Gaza não é apenas uma tragédia humanitária. É a revelação de que os mecanismos multilaterais são impotentes quando os interesses das grandes potências



estão em jogo. A ordem internacional, simbolizada pela ONU, se pretende universal, mas sua atuação é seletiva. O que acontece é que o direito humanitário vale de modo desigual. A soberania é invocada ou ignorada conforme a conveniência do poder de quem tem direito a veto. A vida palestina é tratada como descartável porque, no fundo, o que está em jogo ali é também a reafirmação de uma hierarquia global em que alguns povos podem ser massacrados com o beneplácito das potências. Por isso, qualquer perspectiva de paz real depende não apenas de cessar-fogo, mas de reconstrução sem tutela estrangeira, com a responsabilização dos autores dos crimes e reconhecimento pleno do Estado Palestino. Sem soberania e sem justiça, a paz é apenas uma forma de administração provisória da barbárie. E sabemos bem que o capitalismo também vive da barbárie!

Na América Latina e no Caribe, a ofensiva assume formas combinadas de guerra de informação, criminalização política, ameaça militar, asfixia econômica e captura institucional. A Venezuela é o caso mais nítido dessa lógica. A linguagem antidrogas é instrumentalizada para justificar agressão, deslegitimação e interferência direta. O sequestro de Nicolás Maduro, além de representar uma violação grave da soberania de um país latino-americano, revela algo maior, pois mostra que, quando um governo se recusa a alinhar-se aos interesses dos EUA, qualquer repertório pode ser mobilizado para enfraquecê-lo, seja o discurso antidrogas, seja o discurso humanitário, seja o discurso democrático. Foi essa a mensagem que Trump quis emitir ao sequestrar Maduro. Para além disso, a chamada guerra às drogas nunca foi fundamentalmente uma guerra contra narcóticos, mas contra pobres, camponeses, territórios populares e governos rebeldes. Ela serve à militarização, à criminalização e à desestabilização, enquanto os circuitos financeiros que absorvem o excedente da economia ilícita permanecem quase sempre intocados. Imperialismo e guerra social caminham juntos.

Cuba é outro exemplo dessa mesma lógica. O bloqueio econômico não é uma divergência diplomática entre governos, é um mecanismo sistemático de asfixia econômica que incide diretamente sobre o cotidiano do povo cubano. Após o agravamento das medidas dos EUA e a interrupção do petróleo enviado à ilha, o governo cubano precisou priorizar combustível para serviços essenciais. Ou seja, as sanções não são contra o governo de Cuba, são contra o povo



cubano! Para a classe trabalhadora latino-americana, isso significa que a questão internacional não é um tema externo, pois ela chega em nosso cotidiano em forma de carestia, de instabilidade, de desabastecimento, de pressão inflacionária e redução das margens de autonomia dos países periféricos.

Há, entretanto, uma dimensão ainda mais estrutural dessa conjuntura internacional: o acirramento da disputa entre Estados Unidos e China. Esse conflito é o eixo organizador de grande parte da instabilidade contemporânea. A ascensão chinesa alterou o centro dinâmico da economia mundial, enfrentou o monopólio tecnológico ocidental, alterou os padrões de comércio e investimento e reduziu a margem de conforto da hegemonia estadunidense. Os EUA respondem a isso por múltiplas vias: tarifas, sanções, guerra comercial, controle de semicondutores, pressão diplomática, militarização do Indo-Pacífico e tentativa permanente de reorganizar alianças. O problema para os países do Sul é que essa disputa e esta postura dos EUA na disputa, descarrega custos sobre a periferia. O Sul Global é pressionado a escolher lados, a reorganizar cadeias de fornecimento, a assumir custos energéticos e ambientais e a absorver os impactos da instabilidade comercial e financeira. Assim, as guerras e tensões internacionais não são apenas conflitos entre potências, são mecanismos de reorganização da dependência.

A corrida por inteligência artificial, chips, data centers, minerais críticos e energia renovável está diretamente ligada a essa disputa. O que se apresenta como modernização tecnológica tem servido, muitas vezes, para deslocar para o Sul Global os custos territoriais, energéticos, hídricos e ambientais da nova acumulação. A nova concorrência mundial demanda território, água, energia, infraestrutura e trabalho barato, mas mantém o comando tecnológico e financeiro concentrado. Isso se conecta diretamente aos dilemas brasileiros e, em especial, aos dilemas do Ceará. Não por acaso, tanto o hidrogênio verde quanto os data centers aparecem como expressões de um modelo que pode reforçar a inserção periférica do país, agora sob a forma de commodities tecnológicas e energéticas. O velho padrão da dependência pode estar sendo reconfigurado e não superado, enquanto é vendido como modernização e sustentabilidade!



CONJUNTURA NACIONAL

No Brasil, a conjuntura continua sendo marcada por contradições profundas. Há avanços claros em relação ao período 2016-2022, mas isso não significa estabilidade política nem solução dos bloqueios estruturais que pesam sobre o país. Estamos em um cenário relativamente melhor, porém incerto, no qual se fortaleceram, de um lado, o governo Lula, as instituições democráticas e a capacidade de mobilização social e, de outro, permaneceu ativa uma correlação de forças conservadora no Congresso, no mercado, no sistema de justiça, nos meios de comunicação e nas redes digitais. As mobilizações populares recolocaram na agenda temas centrais para a classe trabalhadora, como taxaço dos mais ricos, isenço do imposto de renda para os mais pobres, fim da escala 6x1, reduço da jornada, valorizaço do trabalho e defesa da soberania nacional. Isso demonstrou que a presença organizada das massas continua sendo a única força capaz de deslocar a agenda nacional.

Mas esses avanços convivem com a permanência de uma extrema direita forte e com um Congresso conservador disposto a legislar contra os interesses da classe trabalhadora. O episódio da rejeição da indicaço de Jorge Messias ao STF é exemplar. Ele mostrou, de forma muito nítida, a agressividade do bloco conservador e sua disposiço de impor derrotas políticas ao governo. Mas mostrou também que a disputa institucional é atravessada por símbolos, representaço social e correlaço moral de forças. Por exemplo, caso Lula tivesse indicado uma mulher e, em especial, uma mulher negra, como expresso da potência política, intelectual e institucional das mulheres negras brasileiras — cujo avanço nos espaços públicos é também fruto de políticas afirmativas e inclusivas impulsionadas pelos governos petistas —, será que não haveria ao menos um grau muito maior de constrangimento no Senado para negar a indicaço, ou não seria um nome aprovado? Se trata de reconhecer que estamos no século XXI e que a luta política também se trava no plano da representatividade e da legitimidade pública. A negaço da indicaço de Jorge Messias, somada à derrubada do veto presidencial sobre a anistia, deixou evidente que a disputa institucional de 2026 será travada em terreno muito duro.



Portanto, ter acertado na escolha de Lula em 2022 e conseguido elegê-lo não eliminou os limites da correlação de forças no Brasil. A extrema direita continua tendo capilaridade digital, apoio em frações empresariais, religiosas e parlamentares e capacidade de reorganizar ofensivas. A direita tradicional, por sua vez, continua operando por dentro do Congresso, do mercado e dos aparelhos institucionais com um programa bastante conhecido: austeridade, déficit zero, reforma administrativa, privatizações, flexibilização ambiental, desorganização do trabalho e redução do papel do Estado. Em síntese, a disputa nacional segue sendo a disputa entre um horizonte de reconstrução democrática com participação popular e um horizonte de reorganização conservadora do país sob hegemonia rentista e empresarial. Esse bloqueio, porém, não é apenas político. Ele é estrutural. O Brasil segue submetido a um padrão de desenvolvimento marcado por dependência externa, financeirização interna e desindustrialização prolongada. O predomínio das finanças sobre a produção estreitou a margem para políticas de desenvolvimento autônomo. Esse processo de desindustrialização atrelado à financeirização enfraqueceu polos regionais, reduziu competitividade, aumentou a precarização e contribuiu para que o Brasil, apesar de seu potencial não cresça mais. O sufocamento fiscal municipal, a precarização do emprego e a pressão sobre os serviços públicos não decorrem apenas de más gestões locais, mas também desse modelo nacional subordinado ao rentismo e de enfraquecimento das bases produtivas do país, aprofundado com o ciclo do golpe de 2016, radicalizado de forma cruel no governo Bolsonaro e objeto de disputa entre o congresso conservador e um governo Lula que tenta, apesar da correlação de forças desfavorável reerguer as bases produtivas brasileiras.

A política monetária e a gestão da dívida pública são o coração desse bloqueio. A Selic em 14,25% continua operando como mecanismo de transferência de renda para o rentismo, ao mesmo tempo em que limita crédito, investimento produtivo e geração de empregos. A dívida pública federal superou R\$ 8,6 trilhões em 2025, e o fundo público segue organizado para proteger o sistema financeiro, enquanto saúde, educação, moradia, proteção social e valorização do funcionalismo aparecem como gastos a serem contidos. Muitas reivindicações da classe trabalhadora esbarram permanentemente nessa chantagem fiscal. Nos municípios, isso aparece de



forma concreta quando prefeitos usam a “responsabilidade fiscal” como argumento para travar reajustes, concursos, reestruturações de carreira e fortalecimento das políticas públicas.

A inflação reforça esse quadro de aperto social. O IPCA fechou 2025 em 4,26%, mas os itens mais sensíveis para o povo trabalhador seguiram pressionados, especialmente transporte, saúde, alimentação, combustíveis e gastos cotidianos. Mesmo quando a inflação cabe nos parâmetros técnicos do governo, a experiência concreta das famílias trabalhadoras é a do encarecimento da vida. Para os servidores públicos municipais, isso é ainda mais grave porque a renda depende de campanhas salariais anuais e da capacidade de pressão sobre gestões locais, enquanto o custo de vida sobe continuamente. O problema não é só estatístico. É político e social: juros, dívida, inflação e austeridade chegam ao cotidiano do povo como supermercado mais caro, combustível mais caro, energia mais cara, crédito mais difícil e vida mais apertada.

No Ceará, a reorganização e acomodação das forças políticas para 2026 influenciam diretamente o cenário de organização da luta dos municipais. O campo governista, articulado em torno de Elmano de Freitas e Camilo Santana, reúne uma ampla coalizão ideológica, do centro à esquerda, mas também convive com contradições e práticas de austeridade nos municípios. A oposição principal, que vem se reorganizando em torno de Ciro Gomes e seus aliados, representa uma possibilidade ainda mais regressiva para a classe trabalhadora municipal, sobretudo se articulada ao bolsonarismo e à direita local. A hipótese de uma vitória desse campo significaria o encerramento de um ciclo político aberto em 2006 e poderia impactar diretamente as conquistas e margens de luta acumuladas pelos servidores municipais cearenses. Por isso, a conjuntura estadual não pode ser dissociada da conjuntura nacional e da necessidade de defender um projeto político que preserve e amplie as condições de luta da classe trabalhadora no Ceará.

DESAFIOS DA CLASSE TRABALHADORA

O primeiro grande eixo desta tese diz respeito aos desafios mais gerais da classe trabalhadora. O traço dominante da conjuntura é que a exploração do trabalho está sendo reorganizada por mecanismos simultaneamente econômicos, jurídicos, tecnológicos e ideológicos.



A pejetização, a terceirização, a plataformização e a subordinação algorítmica não são fenômenos paralelos. São formas convergentes de rebaixar o valor da força de trabalho, desresponsabilizar o capital e desmontar a proteção social. A fraude da pejetização destrói direitos trabalhistas, previdenciários, sindicais e sociais e corrói o financiamento da seguridade. No trabalho em plataformas, os trabalhadores arcam com os custos de seus meios de trabalho, não contam com proteção adequada em caso de adoecimento ou acidente e seguem submetidos a sistemas automatizados de avaliação e comando. A figura do “autônomo” aparece aí como fetiche ideológico para encobrir formas intensas de subordinação.

A inteligência artificial aprofunda esse processo. Ela não está apenas substituindo tarefas; está redefinindo gestão, controle, produtividade, comando sobre dados e formas de vigilância do trabalho. Dependendo de quem controla a IA e para que a utiliza, ela pode servir à emancipação ou à opressão. No capitalismo atual, tende a servir à intensificação da vigilância, à ampliação do controle e à substituição de trabalhadores. Por isso, a disputa sindical precisa incluir transparência e auditabilidade de algoritmos, proteção de dados, direito à contestação de decisões automatizadas, proibição do uso disciplinar abusivo dos dados, participação sindical no monitoramento das tecnologias e políticas públicas de formação e requalificação. A luta de classes passa, também, pela disputa sobre os meios digitais de produção e sobre o futuro do trabalho.

É exatamente nesse contexto que a luta pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada ganha dimensão estratégica. O PL 1838/2026 e a regulamentação da Convenção 151 aparecem como parte de um novo pacto social orientado a devolver tempo de vida aos trabalhadores e a enfrentar a exaustão física e mental do trabalho contemporâneo. A redução da jornada para 40 horas semanais, com dois dias de descanso e sem redução salarial, responde ao crescimento do burnout, ao avanço da hiperexploração e à invasão do tempo da vida pelo tempo do trabalho. Não se trata apenas de melhorar condições individuais. Trata-se de recolocar a dignidade, a saúde e a vida de quem trabalha no centro de um projeto de país. Ao mesmo tempo, há a necessidade de vigiar o processo legislativo, evitar emendas oportunistas e pressionar parlamentares em suas bases eleitorais.



Outro ponto central é que a precarização não atinge toda a classe trabalhadora do mesmo modo. Mulheres, população negra, juventude periférica, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e idosos seguem vivendo as formas mais agudas de desigualdade no trabalho e no acesso aos direitos. A diversidade da classe ainda não se traduz adequadamente em políticas públicas capazes de gerar condições equitativas de vida e trabalho. Por isso, um projeto democrático precisa enfrentar simultaneamente racismo, patriarcado, capacitismo, etarismo e LGBTfobia. A defesa da educação inclusiva se insere aí como questão estratégica: ela não é apenas política educacional, mas condição para a formação de futuras gerações de trabalhadores em uma cultura de convivência com a diversidade, além de significar mais estrutura e melhores condições de trabalho nas escolas. Para nós, a questão organizativa é clara: ou o movimento sindical incorpora concretamente as desigualdades que atravessam a classe em nossa ação sindical, ou deixamos intactas as formas pelas quais o capital divide, segmenta e enfraquece a própria classe trabalhadora.

DESAFIOS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

No terreno do serviço público municipal, a principal ameaça continua sendo a reforma administrativa. Não se trata de mera modernização do Estado. Trata-se de uma ofensiva direta contra o funcionalismo, os serviços públicos e a própria democracia. A PEC 38 ameaça verbas, dificulta concursos, ataca a estabilidade, achata salários de ingresso, amplia assédio e perseguições e subordina progressões a critérios de desempenho moldados por uma lógica gerencial e fiscalista. O que está em jogo não é apenas a condição de trabalho dos servidores, mas a capacidade do Estado de oferecer políticas públicas universais em saúde, educação, assistência, previdência, fiscalização, saneamento e administração pública. Defender o serviço público é defender o direito do povo à proteção social e à presença do Estado nos territórios.

É por isso que a luta pela negociação coletiva no serviço público municipal é uma prioridade. A Convenção 151 da OIT é estratégica porque enfrenta a dimensão autoritária da administração pública brasileira. Nos municípios, sabemos que a negociação depende diretamente



do humor das gestões e da capacidade de pressão das categorias. Regulamentar a Convenção 151 significa elevar o patamar democrático do serviço público, substituir unilateralidade por diálogo institucionalizado e reconhecer que serviço público de qualidade exige servidor valorizado e sindicato respeitado. Para a nós, essa deve seguir como uma das lutas centrais do próximo período. Mais do que uma reivindicação formal, trata-se de afirmar que democracia no Estado começa também pelas relações de trabalho dentro do próprio Estado.

A luta previdenciária está no mesmo patamar. A agenda do setor público não pode ficar restrita ao salário do presente. Ela precisa abarcar o ciclo completo da vida laboral: concurso, carreira, condições de trabalho, adoecimento, aposentadoria, pensão e proteção social. A reforma administrativa e a reforma da Previdência são faces complementares de um mesmo projeto: reduzir o custo social do trabalho para o Estado e ampliar a margem de reorganização gerencial do serviço público. Economiza-se com o servidor para garantir mais espaço ao rentismo e ao ajuste. Por isso, a defesa do funcionalismo municipal precisa articular remuneração, carreira, aposentadoria e proteção social numa mesma agenda política.

No plano mais concreto da base municipal, a valorização das servidoras e servidores continua sendo um campo desigual e disputado. O caso do piso do magistério no Ceará é ilustrativo. Mais de 90 municípios já aprovaram ou anunciaram reajuste do piso em 2026, o que demonstra a força da mobilização sindical e a centralidade da educação pública. Mas a implementação do reajuste precisa respeitar as carreiras, refletir-se nas tabelas salariais e evitar distorções que prejudiquem progressões. Além disso, a fórmula de cálculo do piso já produziu reajuste abaixo da inflação, mostrando que a mera atualização legal não garante, por si só, valorização real. Esse problema expressa a necessidade de fortalecer campanhas salariais unificadas, ampliar coordenação política, produzir mais pressão simultânea nos municípios de forma a consolidar os sindicatos municipais e a Fetamce como referência organizativa capaz de elevar o patamar das negociações em todo o estado. Sabemos do peso que tem a presença da Fetamce em uma mesa de negociação nos municípios e pensamos que só com organização vamos garantir isso para todos os municípios do Ceará.



Os desafios do serviço público municipal não se limitam à folha de pagamento. Eles envolvem também o padrão de reprodução social nos territórios. A crise da segurança, por exemplo, está ligada à precariedade do sistema de justiça e das forças policiais, mas também à ausência de políticas preventivas e sociais abrangentes. Onde o Estado não garante direitos e qualidade de vida, abrem-se espaços para o domínio de grupos criminosos. A juventude, especialmente negra e periférica, segue vulnerável tanto à vitimização quanto ao recrutamento. Nesse contexto, criminalização e militarização atacam os pobres enquanto a economia ilícita continua articulada à acumulação capitalista. Para nós, isso importa diretamente, porque o serviço público local não é apenas administração burocrática, ele é presença concreta do Estado nos territórios, proteção social, prevenção da violência e disputa sobre as condições materiais de vida do povo. É nesse ponto que o papel dos municipais no controle social e na participação democrática precisa ser destacado com mais força. Os municipais não são apenas executores de políticas públicas, são também sujeitos fundamentais da construção democrática quando participam dos conselhos municipais, quando ajudam a organizar e a disputar as conferências temáticas e gerais, quando incidem nas etapas municipais, estaduais e nacionais e quando transformam esses espaços em instrumentos reais de formulação e controle social. Por isso a Fetamce e seus sindicatos filiados são estimulados a atuar nos Conselhos, Fóruns e Conferências Nacionais de Políticas Públicas retomados pelo governo Lula, precisamente para disputar políticas emancipatórias e controle social. Em 2026, isso ganha expressão especial na área da saúde, pois a etapa municipal da conferência de saúde e a elaboração dos planos municipais de saúde recolocam o serviço público local no centro do debate democrático.

Essa dimensão democrática precisa ser ligada diretamente à disputa eleitoral de 2026. O fortalecimento do processo democrático exige participação forte nas eleições gerais e compromisso explícito em modificar o perfil da Câmara dos Deputados e do Senado, elegendo parlamentares que defendam os interesses da classe trabalhadora. Um Congresso reacionário bloqueia a negociação coletiva, ameaça o serviço público, protege privilégios rentistas, sustenta a reforma administrativa e atua na contramão do povo. Por isso, a Fetamce afirma a necessidade de trabalharmos intensamente para eleger um Congresso Nacional mais alinhado com as necessidades



da classe trabalhadora e pela reeleição do presidente Lula. Se trata de compreender que a luta sindical e a luta política nacional estão profundamente conectadas neste momento histórico. Lula é um líder que fala de paz em um mundo onde prosperam as guerras e um presidente que, à revelia da correlação de forças atua no sentido de garantir espaços para conquista de direitos à classe trabalhadora.

É preciso também fortalecer novas estratégias para o sucesso das campanhas salariais desenvolvidas de forma unificada pela Fetamce, ampliar a coesão entre os sindicatos de base e aumentar a capacidade de intervenção estadual nos momentos decisivos da negociação. É preciso também fortalecer o processo de organização sindical dos sindicatos municipais junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, com orientação e acompanhamento para cartas sindicais, atualizações estatutárias e demais exigências da legislação vigente. Essa dimensão organizativa não é burocracia. É parte da força política real das entidades. O mesmo vale para a continuidade da solidariedade sindical nas organizações das eleições sindicais do ramo dos municipais. Sindicato forte é sindicato legitimado na base, regularizado, organizado e apoiado por sua federação. Acreditamos que cada ação sindical precisa também ser momento de formação e fortalecimento político-organizativo!

Por fim, um desafio cada vez mais importante para o serviço público municipal é a forma como a transição energética e a economia digital rebatem sobre os municípios. O Brasil vem expandindo fontes renováveis variáveis sem o devido planejamento, elevando a complexidade do sistema, gerando desperdício de energia, aumentando tarifas e aprofundando conflitos territoriais. No Ceará, isso aparece tanto na experiência das eólicas quanto nas agendas do hidrogênio verde e dos data centers. Os estudos nas áreas de geografia e sociologia tem apontado que essas iniciativas podem reforçar a lógica da neocommoditização da economia, agora sob forma energética e digital. Data centers e hidrogênio são intensivos em energia e água, pressionam segurança de abastecimento, elevam a disputa sobre território e infraestrutura e não garantem, por si, benefícios sociais proporcionais às populações locais. Para os municípios, isso significa mais conflitos por água, energia, licenciamento e uso do solo. A transição energética, a digitalização e a flexibilização



ambiental podem convergir para produzir um novo ciclo de expropriação territorial e de precarização da vida popular. É nos municípios que esses conflitos se materializam.

SÍNTESE POLÍTICA E TAREFAS

Os desafios da classe trabalhadora e os desafios do serviço público municipal são inseparáveis. A conjuntura internacional mostra o endurecimento de uma ordem imperial baseada em guerra, sanções, chantagem comercial, disputa tecnológica e tentativa de recompor hegemonia à custa dos povos do Sul. A conjuntura nacional revela avanços democráticos relativos, mas também um Congresso reacionário, uma extrema direita viva e um padrão econômico ainda subordinado ao rentismo, à austeridade e à desindustrialização. No mundo do trabalho, avançam pejotização, terceirização, plataformização, adoecimento, subordinação algorítmica e captura corporativa da tecnologia. No serviço público, persistem reforma administrativa, corrosão salarial, chantagem fiscal, ameaças previdenciárias e tentativa permanente de rebaixar o papel do Estado. Ao mesmo tempo, a transição energética e a expansão das infraestruturas digitais recolocam, em nova escala, a disputa por território, água, energia, dados e soberania.

Diante disso, a tarefa da Fetamce não é apenas resistir. É organizar, interpretar e transformar. Isso significa combinar defesa imediata de salário, carreira, concurso, aposentadoria, condições de trabalho e negociação coletiva com uma compreensão mais ampla das transformações do capitalismo contemporâneo. Significa fortalecer a organização de base, a unificação das campanhas salariais, a formação política, a presença territorial e a capacidade de intervenção nos conselhos, conferências e espaços de controle social. Significa aprofundar a organização sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, fortalecer as cartas sindicais, acompanhar as exigências legais, sustentar a solidariedade nas eleições sindicais e consolidar o ramo dos municipais. Significa disputar a narrativa digital contra a extrema direita e contra a captura do futuro pelas big techs. Significa construir alianças com movimentos sociais, juventudes, mulheres, população negra, pessoas com deficiência e demais sujeitos do campo popular. E significa, no terreno político mais amplo, trabalhar pela reeleição do presidente Lula em 2026 e



pela eleição de parlamentares alinhados com as necessidades da classe trabalhadora. Em tempos de novos desafios, a Fetamce precisa seguir afirmando um sindicalismo à altura do presente, democrático, enraizado, combativo e comprometido com a construção de um Brasil soberano, popular, inclusivo e socialmente justo. O XI Congresso da Fetamce é um grande exercício nesse sentido!